

ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS: A FORMAÇÃO DE PROFESSORA/ES ALFABETIZADORA/ES NAS POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo apresentar uma análise comparativa dos modelos de formação continuada de professores alfabetizadores propostos pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e pelo Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), com o intuito de examinar seus impactos na qualidade do ensino da leitura e da escrita nas escolas públicas brasileiras.

A comparação considerou eixos como: modalidades de formação, estrutura curricular dos cursos e recursos disponibilizados. O estudo adotou uma abordagem qualitativa, utilizando pesquisa documental e bibliográfica para a produção do corpus da investigação. É preciso destacar que, em um cenário educacional em que as escolas públicas não têm conseguido alfabetizar na idade esperada, um dos principais desafios consiste na formação continuada dos professores alfabetizadores.

Nesse contexto, surge a seguinte indagação: como os programas de formação docente do PNAIC e do CNCA contribuem para a qualificação profissional desses educadores? Para responder a essa questão, é necessário compreender que tanto o PNAIC quanto o CNCA, representam políticas públicas que propuseram ações formativas para as professoras/es. Ambas apresentam falhas e potencialidades que precisam ser analisadas.

Portanto, a educação compreendida como um direito, implica que as políticas de formação devem garantir condições adequadas para o desenvolvimento profissional das/os docentes todas as regiões do Brasil, incluindo todas as professoras alfabetizadoras¹ que estão na lida diária e que

¹ Neste texto optamos por nos referir no gênero feminino à profissional que faz o ensino inicial da leitura e da escrita das crianças que estudam em escolas públicas brasileiras, uma vez que majoritariamente as mulheres são as responsáveis pelas classes de alfabetização no nosso país.

XXII ENCONTRO NACIONAL DA ANFOPE

39 anos da carta de Goiânia: momento de celebrar conquistas e enfrentando os desafios

Reunião da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE



nem sempre são contempladas com ações e/ou iniciativas de valorização dos profissionais por parte dos entes federativos.

FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES ALFABETIZADORAS/ES: O QUE DIZEM OS TEXTOS DO PNAIC E DO CNCA?

A formação continuada de professoras/es alfabetizadoras/es deve ser compreendida como um eixo estruturante das políticas públicas educacionais que buscam a melhoria da qualidade no ensino. Contudo, essas formações são diretamente impactadas pelas diversas políticas públicas implementadas ao longo dos anos.

Para a construção desta análise comparativa entre os programas PNAIC e CNCA, os dados foram coletados em documentos oficiais, incluindo: o *Caderno de Orientações para a Formulação e Implementação das Estratégias de Formação Continuada no Âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada* e o documento *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: currículo na alfabetização: concepções e princípios (ano 1)*, além de referenciais teóricos sobre formação docente.

A interpretação dos dados considerou tanto as estruturas formativas quanto às políticas de financiamento e apoio aos professores, destacando possíveis avanços, rupturas e contradições entre as propostas. Como demonstra o quadro abaixo, os programas apresentam abordagens distintas em suas estratégias formativas:

Quadro 1: Comparativo entre a Formação de Professoras/es no PNAIC e CNCA

PNAIC	CNCA
Cursos presenciais com duração de dois anos: o primeiro ano, com ênfase em linguagem; o segundo, em matemática. Os profissionais receberão uma bolsa para participar dos cursos, que serão oferecidos no próprio município no qual trabalham (MEC, 2012)	Encontros virtuais, organizados de forma síncrona, com mediação de profissional formador.



XXII ENCONTRO NACIONAL DA ANFOPE

39 anos da carta de Goiânia: momento de celebrar conquistas e enfrentando os desafios
Reunião da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE



Formação continuada presencial para os professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo;	Atividades assíncronas, com tarefas propostas para estudo individual ou em grupo contendo atividades de pesquisa, registro e sistematização sobre a própria prática
As formações aconteciam uma vez no mês, presencialmente e aconteciam no próprio município de trabalho dos professores alfabetizadores.	Elaboração individual ou coletiva de instrumentos de trabalho pedagógico.

Fonte: arquivo pessoal da autora, 2024.

É preciso evidenciar que as considerações a que chegamos sobre a formação de professoras/es alfabetizadoras/es, propostas pelo CNCA, são parciais, visto que utilizamos como fonte de pesquisa o *Caderno de Orientações para a Formulação e Implementação das Estratégias de Formação Continuada*, no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Até o momento final da nossa pesquisa, no início de 2024, o Ministério da Educação (MEC) não havia divulgado outros materiais referentes à estratégia de formação de professoras/es proposta pelo CNCA.

De maneira geral, o que pudemos notar sobre a formação de professoras/es que os programas propõem é que, em um primeiro momento, em relação ao PNAIC, o modelo adotado trouxe a necessidade de uma formação continuada presencial, realizada em encontros mensais no município em que as professoras alfabetizadoras atuavam, os quais eram conduzidos por Orientadores/as de Estudo.

Nessa abordagem, destacamos como vantagem do programa o contato direto e constante com a realidade escolar local dos municípios. Ao propor a execução da formação no período de dois anos, o PNAIC favorecia uma conexão entre formadoras/es e docentes, além de estimular uma interação proativa entre as/os professoras/es alfabetizadoras/es cursistas. A organização do curso em módulos - sendo um ano voltado para os estudos da linguagem (língua portuguesa) e outro para os estudos da matemática - permitiu um estudo específico nas áreas fundamentais da alfabetização.

Além disso, a presença física de Orientadoras/es de Estudo e de

XXII ENCONTRO NACIONAL DA ANFOPE

39 anos da carta de Goiânia: momento de celebrar conquistas e enfrentando os desafios

Reunião da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE



Professoras/es Alfabetizadoras/es em um espaço comum favorecia a criação de redes de apoio entre as/os docentes, promovendo uma troca prática de experiências e saberes relacionados ao ensino da alfabetização. Sobre isso, no Caderno de Formação de Professores do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (2013, p. 16), temos que:

[...] o docente deve ser estimulado a trabalhar, a comunicar-se por meio de atividades em grupo, exercitando a troca de turnos entre os pares, a argumentação e, sobretudo, a intervenção com colegas e com alunos. Esse exercício pode contribuir tanto para o desenvolvimento profissional como pessoal.

Contudo, para que essa estratégia fosse colocada em prática de forma integral, era preciso superar obstáculos, tais como: o custo para manter as reuniões presenciais, a logística de deslocamento dos envolvidos e o apoio financeiro indispensável para garantir a continuidade do programa.

Assim, em contrapartida ao modelo de formação de professoras/es adotado pelo PNAIC, temos o modelo do CNCA, que optou pela formação de professoras por meio de encontros virtuais, com alguns momentos síncronos. Organizado, portanto, de maneira síncrona e assíncrona, com encontros online síncronos e atividades assíncronas, o programa buscou se ajustar às demandas contemporâneas, utilizando tecnologias que, teoricamente, expandiriam seu alcance.

Ademais, sobre as lacunas que os programas deixam em relação à formação de professoras alfabetizadoras, o que consideramos inadmissível é a falta de recursos financeiros que devem amparar os envolvidos durante todo o programa. No PNAIC, é possível observar uma incoerência entre os objetivos propostos na Portaria nº 867/2012 e o que, de fato, foi (im)possibilitado às professoras/es no que se refere aos recursos financeiros, havendo, assim, descontinuidade na concessão de bolsas.

Além da descontinuidade das bolsas por parte do PNAIC, notamos que o CNCA não aponta - até então - em nenhuma das diretrizes ou normativas legais do Compromisso o oferecimento de qualquer tipo de auxílio financeiro para as professoras alfabetizadoras que irão participar do programa.



XXII ENCONTRO NACIONAL DA ANFOPE

39 anos da carta de Goiânia: momento de celebrar conquistas e enfrentando os desafios
Reunião da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE



Além disso, no art. 11 do Decreto nº 11.556/2023, está previsto a “III - assistência técnica e financeira para a formação de professores e gestores escolares, para a disponibilização de materiais didáticos suplementares e outros recursos pedagógicos e para a melhoria da infraestrutura escolar” (Brasil, 2023). No entanto, percebemos que a assistência financeira que deveria ser ofertada pelo Estado não passa de algo meramente declaratório, visto que, na prática, não há nenhuma medida concreta sobre o auxílio financeiro do governo às professoras alfabetizadoras.

Diante disso, a análise evidencia como as políticas públicas de formação de professoras/es alfabetizadoras/es são profundamente influenciadas por contextos políticos e econômicos, revelando falhas estruturais que comprometem sua eficácia, como a descontinuidade de incentivos financeiros e a inadequação às diversidades regionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada das/os professoras/es alfabetizadoras/es que estão imersas nas classes de alfabetização trata-se de um componente basilar para a progressão na qualidade da educação brasileira. Quando as políticas públicas de formação das/os professoras/es alfabetizadoras/es não englobam a variedade dos contextos educacionais existentes, as mesmas ocasionam um efeito reverso, ao passo que perpetuam as desigualdades que pretendem superar.

Nossa análise revela que tanto o PNAIC quanto o CNCA enfrentam problemas estruturais semelhantes: a carência de suporte financeiro aos docentes - fator decisivo para sua participação efetiva nos programas - e a descontinuidade das ações formativas devido às mudanças de governo. Esses obstáculos transformam políticas potencialmente transformadoras em iniciativas fragmentadas e pouco promissoras.

Os achados da pesquisa reforçam a necessidade de políticas que formulem um planejamento estratégico, dispondo de recursos financeiros que perdurem toda a formação, adaptação às realidades regionais, modelos



XXII ENCONTRO NACIONAL DA ANFOPE

39 anos da carta de Goiânia: momento de celebrar conquistas e enfrentando os desafios

Reunião da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE



híbridos que equilibrem as vantagens da formação presencial e digital, e principalmente, a estabilidade das políticas educacionais, de modo a viabilizar e consolidar os programas de formação continuada das/os professoras/es alfabetizadoras/es brasileiras/os.

Em suma, se tratando das estratégias de formação de professoras/es por meio de atividades presenciais ou à distância, entendemos que, para superar esse cenário de dualidade faz-se necessário estratégias de inserção à cultura digital, bem como financiamento adequado, que leve em consideração e respeite as diversidades de contextos da educação brasileira, as as condições de trabalho das/os docentes e as complexidades do processo de alfabetização.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

BRASIL. Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto pela Educação na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 jul. 2012. Seção 1, n. 129.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023**. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, Edição Nº 110 de 13/06/2023, p. 3, 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: currículo na alfabetização: concepções e princípios: ano 1. Brasília: MEC, SEB, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cartilha Compromisso Criança Alfabetizada**. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/ptbr/crianca-alfabetizada/cartilha.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações para a formulação e implementação das estratégias de formação continuada no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**. Brasília: MEC, 2023.

